

Mulheres imigrantes no contexto pandêmico: bolivianas na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG¹

Juliana Carvalho Ribeiro (NEPO-UNICAMP)²
Rosana Baeninger (NEPO-UNICAMP)³

Resumo

Este estudo debate os desdobramentos da pandemia de COVID-19 para bolivianas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Inserida no Projeto Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), esta pesquisa entrevistou mulheres migrantes provenientes da Bolívia na RMBH-MG. A pandemia aprofundou desigualdades e a vulnerável condição de ser mulher imigrante — observa-se desde a imposição à imobilidade, com o fechamento das fronteiras, até o aumento do xenoracismo e da violência doméstica para com essas imigrantes na RMBH-MG. As evidências empíricas buscam dialogar com marcos teóricos-conceituais que possibilitam ampliar o conhecimento acerca das novas territorialidades imigrantes.

Palavras-chave: Bolivianas na RMBH-MG; Pandemia de COVID-19; Condição de gênero; Desafios.

Abstract

This study discusses the unfolding of the COVID-19 pandemic for Bolivian women in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, Minas Gerais. Inserted in the Project Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), this research interviewed migrant women from Bolivia in RMBH-MG. The pandemic has deepened inequalities and the vulnerable condition of being an immigrant woman — from the imposition of immobility, with the closing of borders, to the increase of xenoracism and domestic violence against these immigrants in RMBH-MG. The empirical evidence seeks to dialogue with theoretical and conceptual frameworks that enable us to broaden our knowledge about the new immigrant territorialities.

Keywords: Bolivian women in RMBH-MG; Pandemic COVID-19; Gender condition; Challenges.

¹ Texto submetido para avaliação da comissão organizadora do 19º Seminário de Diamantina, cuja Chamada de Trabalhos foi promovida pelo Cedeplar (UFMG). O evento foi marcado para o período entre 29 de agosto e 02 de setembro de 2022, na cidade de Diamantina-MG. Pleiteia-se, com este artigo, participação na segunda área temática, Demografia, mais especificamente nas discussões sobre Migração.

² Bolsista FUNCAMP, pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo e pós-doutoranda pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-UNICAMP), sob supervisão da professora dra. Rosana Baeninger.

³ Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), Professora Aposentada-Colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH (UNICAMP) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-UNICAMP).

Resumen

Este estudio analiza el desarrollo de la pandemia de COVID-19 para las mujeres bolivianas en la Región Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Inserta en el Proyecto Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), esta investigación entrevistó a mujeres migrantes de Bolivia en la RMBH-MG. La pandemia ha profundizado las desigualdades y la condición de vulnerabilidad de ser mujer inmigrante, desde la imposición de la inmovilidad, con el cierre de las fronteras, hasta el aumento del xenracismo y la violencia doméstica hacia estas inmigrantes en RMBH-MG. La evidencia empírica busca dialogar con marcos teóricos y conceptuales que permitan ampliar el conocimiento sobre las nuevas territorialidades inmigrantes.

Palabras clave: Mujeres bolivianas en RMBH-MG; Pandemia COVID-19; Condición de género; Desafios.

Introdução

Idealizar um mundo melhor está entre os principais fins das pesquisas acadêmicas e, portanto, dos estudos demográficos. Trazendo a lupa para as migrações internacionais, o ato de nos debruçarmos sobre esses processos envolve o sentimento de empatia para com os sujeitos migrantes. Mais do que isso: por sermos todos migrantes — porque migramos, uma vez que essa é uma possibilidade sempre existente, ou porque a migração desenhou a história de nossas famílias com laço sanguíneo ou não —, torna-se também autorreflexão. Refletir sobre os processos migratórios é pensar sobre nós mesmos e é lutar por um mundo com menos desigualdades, mais acessível a todos, nem que seja pensando na mobilidade. Norteado por essa luta, este artigo tem como objeto a imigração de bolivianas na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH-MG) e os desafios que elas enfrentaram no contexto pandêmico. Antes de nos debruçarmos sobre este universo, porém, a contextualização deste fluxo no Brasil e do seu processo de reterritorialização revela-se importante. Baeninger (2022, p. 29) explicita que

o entendimento das migrações internas e internacionais é desenhado pelas novas modalidades migratórias e antigas modalidades (que agora se reconfiguram), com seus contornos traçados pelas novas lógicas migratórias e pelos projetos migratórios compostos e recompostos pelos sujeitos migrantes e suas motivações em diferentes espaços da migração no território paulista e fora dele.

No caso da imigração boliviana, a costura constrói a sua história no Brasil desde os anos 1980 (SILVA, 1997; 2003; 2005; 2006; 2008; 2012). Observa-se, em função do que foi colocado por Baeninger (2022), uma mudança no perfil desse fluxo ao longo das últimas quatro décadas (AZEVEDO, 2005; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; BAENINGER, 2012). Estudantes e profissionais liberais bolivianas e bolivianos deixavam seu país em meados do século 20 por motivações políticas, econômicas ou profissionais, sendo também significativa a quantidade de mulheres que se tornavam cuidadoras de crianças no Brasil, sobretudo em São Paulo-SP (SILVA, 2006). Nos anos finais do último século, o fluxo passa a ser composto por trabalhadoras e por trabalhadores antes empregados em minas e em fábricas bolivianas, o que implica em uma força de trabalho de baixa qualificação que é absorvida por pequenas oficinas de costura (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FERRETI, 2002; SILVA, 1997; 2006; KADLUBA, 2007). A imigração boliviana contemporânea

tem como principal porta de entrada, portanto, a indústria têxtil, e este nicho absorve, na maior parte das vezes, vários membros de uma mesma família:

[...] entre os bolivianos recém chegados é comum encontrar pessoas analfabetas e com uma faixa etária acima dos 45 anos, fato este que revela a dinâmica das redes familiares no interior das oficinas de costura, cujos filhos residentes no Brasil acabam trazendo seus pais para serem incorporados também neste segmento de produção, onde as relações de parentesco são predominantes (SILVA, 2008, p.18).

Apesar da chegada desses sujeitos ao País em redes familiares, o Brasil não se apresenta como o país desejado, mas como o país possível no âmbito da geopolítica global das migrações internacionais (BAENINGER et al., 2018). Enquanto o Brasil ganha relevância entre os nós das migrações internacionais, a imigração boliviana se destaca entre os novos fluxos que chegam ao País.

A população boliviana tem um histórico emigratório e, contemporaneamente, esta decisão se fundamenta na precarização das condições de vida na Bolívia, o que tem base, sobretudo, em questões políticas⁴ e econômicas, que culminam em um cenário de indisponibilidade de trabalho no país. Ao mesmo tempo, grifa-se o alcance e os desdobramentos da globalização que, principalmente a partir do mercado global da costura (WALDINGER, 1994) desloca essa população segundo seus interesses. Assim ganhou corpo a já histórica exportação de “capital humano” boliviano em condições vulneráveis, e esses sujeitos, em busca por ascensão social (DE LA TORRE ÁVILA, 2004), passam a ver no Brasil, a partir das últimas décadas do século 20, oportunidades de melhoria das suas condições de vida.

Falando de forma mais específica, está nos neoliberais anos 1990 o grande marco do processo de reterritorialização de bolivianas e de bolivianos no Brasil, quando a presença desses migrantes no País passa a aumentar. Silva (1997) e Grimson (1997; 2005; 2006) grifam a intensificação da emigração boliviana para países vizinhos, sobretudo Argentina e Brasil, a partir do final da década de 1980. Explicando a atratividade brasileira, Nobrega (2008, p. 126) aponta que

En ese cuadro de globalización, en el que la protección del Estado a la producción local fue significativamente reducida, la competencia entre las unidades productivas localizadas en diferentes países y continentes tornó al mismo tiempo posible y necesaria la búsqueda de factores de producción que impliquen menores costos y posibiliten mayores ganancias, entre los cuales se incluye la mano de obra. [...] En ese escenario, el trabajo de los inmigrantes bolivianos — que ingresan frecuentemente de manera irregular y permanecen sin acceso a derechos de trabajo o políticos — significa un medio de reducir gastos en salarios e impuestos y, así, asegurar ganancias más elevadas y precios más competitivos⁵.

Baeninger (2012, p. 15), debruçando-se sobre a relação do Brasil com a Bolívia, ressalta a importância dos anos 1990 para a análise da presença da imigração boliviana no País:

⁴ Esta crise política foi citada por diversas interlocutoras da pesquisa, que a apresentaram como motivação para deixar o seu país.

⁵ “Nesse contexto de globalização, em que a proteção do Estado à produção local foi significativamente reduzida, a competição entre as unidades produtivas localizadas em diferentes países e continentes tornou ao mesmo tempo possível e necessária a busca de fatores de produção que impliquem menores custos e possibilitem maiores lucros, entre os quais se inclui a mão-de-obra. [...] Nesse cenário, o trabalho dos imigrantes bolivianos — que entram frequentemente de maneira irregular e permanecem sem acesso a direitos trabalhistas ou políticos — significa um meio de reduzir gastos em salários e impostos e, assim, garantir maiores lucros e preços mais competitivos” (NOBREGA, 2008, p. 126; tradução nossa).

No caso da imigração boliviana, do estoque identificado pelo Censo Demográfico de 2000 (20.388 pessoas), apenas 10% haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658 bolivianos e 2.594 entre 1960-1969), marcando a importância desse movimento migratório desde os anos 1970 (3.263 imigrantes entre 1970-1979), sendo que 7.700 chegaram depois de 1990.

Localizando esta chegada frente à dinâmica econômica do País, Baeninger (2005, p. 87) acrescenta que, “[...] apesar da crise econômica, São Paulo continuou sendo o maior polo de recepção da migração, bem como o ‘coração da economia nacional’”. Uma vez nesta metrópole global, na maior parte das vezes, migrantes bolivianas e bolivianos são levados para oficinas-cativeiros, e são obrigados a trabalhar longas jornadas diárias. Escondidos e proibidos de sair, têm os seus documentos confiscados, o que os priva de sua liberdade, configurando cárcere privado. Muitos dos contratantes dificultam, inclusive, a regularização migratória de bolivianas e de bolivianos, uma vez que isto facilita a superexploração desta força de trabalho. Nessas condições, esses sujeitos têm constante receio de serem abordados e interrogados pela polícia, bem como de sofrerem deportação, além de serem mais facilmente chantageados por seus empregadores (RIBEIRO, 2021).

São Paulo-SP segue concentrando o maior registro de denúncias de superexploração da força de trabalho boliviana, conjuntura que impele migrantes estabelecidos na capital paulista a uma migração interna em busca de mais uma solução geográfica para fugir da vulnerabilidade extrema a que foram submetidos quando da sua chegada. Na maior parte das vezes, tal como acontece com outros sujeitos migrantes, a nova etapa da migração de bolivianas e de bolivianos ocorre primeiramente dentro do estado de São Paulo:

Entre 1991 e 2000, o saldo migratório permaneceu negativo para a cidade de São Paulo [...]. Nesse sentido, reforçando uma incipiente tendência anterior de ‘perda’ de população, a Região Metropolitana de São Paulo — e, particularmente, a cidade de São Paulo — teria se transformado agora em área de circulação para uma parcela significativa da população migrante. O interior de São Paulo reforçou seu potencial de absorção migratória (BAENINGER, 2005, p. 89).

Soma-se às motivações apresentadas, o movimento do mercado da costura, que se apresenta como o principal norteador da migração interna de bolivianas e de bolivianos. Segundo as próprias interlocutoras da pesquisa, Americana e Nova Odessa foram as cidades que, neste processo de desconcentração, tiveram maior capacidade de atração da população migrante boliviana residente na RMBH-MG. A crise que se fez presente na capital paulista, porém, alcança esses lugares de trânsito no interior do estado, e novos lugares de trânsito apresentam-se como novos nós nas redes migratórias. Fugindo da crise que afeta a demanda pelo trabalho de migrantes bolivianas e bolivianos e buscando melhores rendimentos, esses sujeitos são impelidos a continuarem seus processos migratórios para regiões metropolitanas de outros estados. Neste contexto, Minas Gerais apresenta-se entre os estados buscados pelos migrantes que vêm abandonando São Paulo (RIBEIRO, 2021).

O fato de São Paulo-SP e Belo Horizonte-MG terem articulação logística facilita o destaque do recorte espacial proposto. O deslocamento que contacta essas duas importantes capitais — e, conseqüentemente, suas regiões metropolitanas — é curto e conta com variados meios de transporte, o que facilita o processo. Além disso, destaca-se aqui o Acordo de Residência para os Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, que documentou esses migrantes, facilitando a migração internacional e a migração interna desses sujeitos:

A partir de 2009, o ‘Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL’ e o ‘Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile’ criaram mecanismos para conceder a esses cidadãos o direito de obter residência legal em outros Estados participantes. Os acordos incluem nacionalidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai (MPT, 2018). [...] Devido à maior liberdade concedida a cidadãos do Mercosul, muitos estrangeiros se estabelecem no Brasil⁶.

Assim, neste contexto de superexploração em São Paulo, de movimento do mercado da costura, e de mobilidade alcançada com o mencionado Acordo, a RMBH-MG concretiza-se como novo espaço da migração boliviana (BAENINGER, 1999) no Brasil. Este recorte espacial revela-se nova possibilidade para o trabalho migrante com melhores rendimentos — mesmo que esses ainda sejam baixos —, além de ser uma “saída geográfica” encontrada por esse grupo social para tentar romper com o ciclo de superexploração da sua força de trabalho em São Paulo. E, assim, Belo Horizonte-MG, polo mineiro da moda, passa a atrair, neste século 21, migrantes bolivianas e bolivianos — sobretudo os que trabalham com costura —, e a intensidade do fluxo revela-se crescente (RIBEIRO, 2021).

Sustentando a maior parte do fluxo boliviano que chega à RMBH-MG está, portanto, o contexto paulista. Baeninger (2012, p. 15), além de chamar atenção para uma “recepção crescente” de bolivianas e de bolivianos que, com a documentação facilitada pelo Acordo de Residência para os Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, alcançam mobilidade e chegam ao recorte espacial desta pesquisa, ainda aponta a “intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino”. Este apontamento ganha ainda mais relevância quando observa-se que a interrupção de fluxos migratórios foi uma das primeiras imposições da realidade que aqui se analisa — a atual pandemia e seus desdobramentos para bolivianas na RMBH-MG. Voltamos agora, então, para a sua contextualização.

A humanidade teve a sua história marcada, em meados de 2020, pelo reconhecimento de um novo vírus, cuja escalada geográfica mundial foi facilitada e acelerada pelas reduzidas distâncias de um mundo globalizado. Sua propagação, violentamente rápida, trouxe desdobramentos que transformou, de forma desigual e segundo cada contexto, o cotidiano das pessoas. A doença, provocada a partir da infecção pelo novo coronavírus, recebeu o nome de COVID-19.

[...] desde o início de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa COrona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto ‘19’ se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Segundo o Brasil (2020):

Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo

⁶ Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/de6f3240-a755-4c50-9b33-934116c0aeb4. Acesso em: 21 fev. 2019.

coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

Quando este vírus começou a se espalhar, muitos argumentaram que a pandemia seria democrática ou que era uma doença desterritorializada. O caminhar dos acontecimentos, porém, escancarou o contrário disso. Quem está à margem da sociedade revelou-se mais vulnerável também neste contexto e, portanto, mais susceptível à contaminação pela doença. Nesta realidade, estão inseridos migrantes internacionais no Brasil e no mundo e, neste estudo, volta-se o olhar para as mulheres bolivianas na RMBH-MG — migrantes periféricas e vulneráveis desde a origem, não apenas pela sua condição de migrante, mas, também, de mulher, que veem suas vulnerabilidades sendo agravadas pela pandemia de COVID-19. A leitura interseccional (AKOTIRENE, 2019) é importante para iluminar o aprofundamento de vulnerabilidades — analisadas à luz da condição de migrante periférica e não-branca, e da condição de mulher.

Metodologia

Estudar os novos fluxos migratórios, em função do dinamismo dos seus processos, é um desafio. A produção de dados para embasar as pesquisas não consegue acompanhar a construção do fenômeno, que se apresenta em constante construção. Desta forma, faltam dados coesos e precisos, o que faz das entrevistas eficiente e imprescindível recurso metodológico. A compreensão dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 às bolivianas na RMBH-MG exigiu, portanto, uma análise qualitativa fundada nas entrevistas aplicadas — gravadas e transcritas — entre junho e novembro de 2020. O roteiro que norteou as conversas foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP (Número do CAAE: 00710918.4.0000.8142).

Entrevistas permitem compreender e desenhar a história, cumprindo o fundamental papel da ciência de dar voz a participantes da pesquisa. A partir das conversas — que aconteceram por telefone, em função do isolamento social então imposto — as vozes dessas mulheres foram ouvidas e reverberam aqui, a partir deste artigo, permitindo que elas saiam da invisibilidade para combater as vulnerabilidades e desigualdades que permeiam a vida de cada uma delas.

Grifa-se ainda que as entrevistas foram realizadas, com sucesso, com uma mistura entre as Línguas Portuguesa e Espanhola, bem como de línguas indígenas e utilização de códigos locais. Alguns trechos serão aqui citados, demonstrando esta mistura. Em algumas entrevistas, o espanhol prevaleceu, sobretudo naquelas em que a entrevistada tinha chegado há menos tempo no Brasil. Considerando que línguas não são naturais e são interconectadas, além de se manterem em constante movimento, o que se tem é um repertório multilíngue. A transcrição das falas revela entrelaçamentos entre as línguas latinas e indígenas nas tentativas de comunicação, o que também é uma realidade do cotidiano de migrantes latinas.

É importante destacar também que as transcrições respeitam as verbalizações, tendo sido realizada de forma literal e direta, respeitando inteiramente a fala de cada pessoa entrevistada. Todas as interlocutoras receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. Todas as informações sobre elas são fidedignas.

Resultados

Sassen (2003) salienta a crescente presença de mulheres nas migrações transfronteiriças. Cortès (2004) analisa o aumento de representatividade de mulheres solteiras e muito jovens em processos migratórios. Hinojosa Gordonava (2008) é também

enfático ao reafirmar esta relevância crescente: “La característica más importante de estos nuevos flujos migratorios transnacionales es sin duda el creciente grado de feminización que presentan”⁷ (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96).

A migração feminina cresce a despeito das barreiras que são impostas às muitas mulheres migrantes e, no universo desta pesquisa, mulheres — solteiras e muito jovens — fizeram-se presentes. É visível a coragem das mulheres bolivianas em romper com traços patriarcais a partir da necessidade de migração que enfrentam, perceptível na fala das entrevistadas. Porém, ainda são poucas as que têm autonomia para percorrer, sozinhas, os mesmos caminhos trilhados pelos homens e, quando percorrem, são acompanhadas por incalculáveis dificuldades e preconceitos. É preciso ter coragem para enfrentá-los, e este foi o caso de Anita, que não escondeu seus receios:

[...] eu fiquei primeiro três meses em São Paulo. Aí eu voltei para a Bolívia. Porque... A primeira vez que eu entrei, eu vim sozinha. Sozinha! Sem meus filhos. [...] Eu tinha medo, na verdade, de vir.

Apesar de todos os temores, bolivianas apostam, crescentemente, na experiência migratória. Ao mesmo tempo, à despeito da coragem que representam, já vivenciavam diversas dificuldades provenientes desta escolha. Grifa-se aqui, como já salientado, que essas dificuldades precisam ser lidas considerando a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) inerente à realidade das interlocutoras: elas são migrantes periféricas e vulneráveis desde a origem, não apenas pela sua condição de migrante, mas, também, de mulher e de não-branca. A leitura interseccional é importante para iluminar tais vulnerabilidades, agravadas profundamente pela atual crise sanitária e socioeconômica.

E pode-se ir além: a pandemia de COVID-19 não só aprofunda dificuldades que já as acompanhavam, mas contribui para o surgimento de novos desafios. Baeninger (2022) ilumina a importância de observar as crises contemporâneas e seus desdobramentos para compreender a dinâmica dos processos migratórios. Nas palavras da autora, o que se deve pretender é que

[...] os caminhos futuros de pesquisa incorporem os recentes acontecimentos de crises políticas, econômicas e sociais do mundo contemporâneo. Acompanhar a dinâmica da realidade e a intensidade das transformações em curso nos permitirá aprofundar o conhecimento teórico, metodológico e empírico acerca das configurações e das especificidades que os processos migratórios internos e internacionais assumem em diferentes espaços do território nacional [...] no século 21 (BAENINGER, 2022, p. 30).

Nesse sentido, este estudo destaca os desdobramentos da pandemia de COVID-19 para mulheres bolivianas na RMBH-MG, a partir da leitura de entrevistas qualitativas realizadas com as essas migrantes entre junho e novembro de 2020. Segundo relato das interlocutoras, as muitas vulnerabilidades que as acompanham desde a origem foram aprofundadas pelo contexto pandêmico. Inserida em um projeto mais amplo, esta pesquisa foi previamente submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UNICAMP. As entrevistas qualitativas permitiram compreender como a nova condição pandêmica exacerbou ainda mais as vulnerabilidades e as dificuldades de sobrevivência dessas mulheres. Além de estarem mais expostas ao vírus — por sua condição socioeconômica periférica —, veem-se sujeitas à imobilidade, ao aprofundamento da superexploração da sua força de trabalho, ao abandono do poder público e à negação do auxílio emergencial federal, à ampliação do xenorracismo, às dificuldades para acompanhar o ensino remoto

⁷ "A característica mais importante destes novos fluxos migratórios transnacionais é, sem dúvida, o crescente grau de feminização" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96; tradução nossa).

de seus filhos, à insegurança alimentar, ao aumento das demandas e da violência doméstica. Esta realidade precisa ser visibilizada, (re)conhecida, confrontada e combatida. Portanto, debruçamo-nos nela, identificando e refletindo sobre cada um desses desdobramentos, analisados a seguir de forma individualizada.

Imobilidade

Inicia-se aqui a reflexão pontuando que o cenário emerso pela pandemia não mudou apenas para mulheres migrantes, mas o objetivo aqui é refletir sobre os desdobramentos deste contexto para elas, já que a COVID-19 aprofundou a sua já vulnerável condição — de migrante periférica e não-branca, e de mulher. Quando o mundo se viu acometido pela propagação do vírus, o primeiro grande impacto foi a perda de mobilidade, interrompendo a condição primeira de *ser migrante*.

Recuando um pouco nesta reflexão, deve-se considerar nesta análise que vivemos a Era da Mobilidade (CORTÈS; FARET, 2009) e, ao mesmo tempo — e dialeticamente —, a “Era” em que países e grupos hegemônicos buscam o avesso dessa possibilidade quando se trata de migrantes periféricos. O que se tem é, portanto, uma mobilidade seletiva e relativa. Em um processo de adaptação a estas imposições hegemônicas, que levaram ao surgimento, crescimento e intensificação das migrações Sul-Sul, essas mulheres — bem como os homens migrantes periféricos — caminhavam para driblar as mudanças de rotas planejadas quando nova limitação se apresenta: o fechamento de toda e qualquer fronteira para conter o espraiamento da doença, impondo a imobilidade. Pela condição de migrantes, esta imposição acaba por ser sentida de forma mais intensa — sobretudo analisando-as como migrantes transnacionais, que mantêm fortes vínculos com a origem, como revela Isabel:

E agora a gente no pode más ir al país. Yo fiquei em la Bolivia. Seis meses que fiquei en la Bolivia. Yo estuve noviembre, diciembre, enero, febrero, marzo. Yo fiquei con mi familia, curtindo mi familia. Yo estoy aquí hace seis años y fui a la Bolivia seis veces. Voy una vez por año. Yo cheguei agora antes de la pandemia. A gente fica muito abalado, porque tem gente que vai pegar el coronavirus, e a gente não pode levar a doença para Bolivia. Entonces, tá complicado.

O isolamento social foi uma das medidas adotadas em quase todo o mundo para frear o contágio da nova doença. Se à *vida migrante* sempre se impuseram muitas dificuldades, esta realidade viu-se agravada perante o isolamento social imposto para contenção da pandemia.

Superexploração da força de trabalho boliviana

A superexploração da força de trabalho é algo recorrente entre migrantes provenientes de países periféricos e marca as migrações bolivianas (SILVA, 2012; 2006; 2005; 2003; 1997). Relatos das interlocutoras denunciam que esta realidade se agravou, tornando-se ainda mais crítica no contexto pandêmico. Redes de recrutamento usam a desinformação contra migrantes, dificultando a sua regularização migratória e facilitando a superexploração desta força de trabalho. No contexto pandêmico, somou-se a esta prática o fato de órgãos responsáveis pela acolhida de migrantes terem sofrido, sobretudo no início da pandemia, mudanças no funcionamento de suas atividades. Fernandes et al. (2020, p. 446) trazem como exemplo a suspensão das atividades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que:

[...] fecharam suas portas e iniciaram atendimento remoto, deixando parcela importante da população e imigrantes sem atendimento. O mesmo aconteceu com as entidades que atendem aos imigrantes levando ao aumento das situações de vulnerabilidade que geram casos de insegurança alimentar.

Outro exemplo cabe ao Ministério Público de Minas Gerais, que tal como os CRAS, também suspendeu suas atividades presenciais no início da pandemia. O mesmo ocorreu em diversos setores da vida social e privada, em função das incertezas impostas pela nova doença.

O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) — uma das principais referências para acolhida de migrantes na RMBH-MG, não apenas bolivianas e bolivianos, mas de qualquer nacionalidade —, manteve-se, na medida do possível, em atividade. O contexto pandêmico alterou a sua dinâmica de funcionamento, mas iniciativas de proteção e ações solidárias se mantiveram — não só em Belo Horizonte-MG, como em todo o Brasil. Esta instituição destacou, entre seus principais objetivos, dar apoio e ser presença junto a migrantes, sujeitos que ficaram ainda mais vulneráveis aos efeitos econômicos e de saúde desta nova realidade. Informações e assessoria jurídica, em casos de demissão ou acesso aos benefícios do Governo Federal, foram — e continuam sendo — oferecidas aos sujeitos migrantes pela equipe do SJMR em Belo Horizonte⁸, entre outras ações.

Esta instituição, porém, não tem alcance total. Por diversos motivos, ela não consegue atender a todos os migrantes que necessitam de ajuda — seja porque eles são muitos, seja porque os recursos são escassos, ou ainda porque muitos deles sequer têm acesso a informações acerca dos auxílios prestados e reforçados neste momento pandêmico. A maior parte das interlocutoras, dessa forma, viram-se perdidas e mais vulnerabilizadas, e relataram a ampliação da superexploração.

Mesmo as representantes de bolivianas que não estão presas às amarras da escravidão contemporânea (SAKAMOTO, 2020) e trabalham de forma autônoma, em suas casas, revelam-se superexploradas a partir do baixíssimo valor pago pela sua costura. Tal como acontece com as que vivem em situações análogas à condição de escravas, as consequências da pandemia para as bolivianas autônomas também se revelaram muito preocupantes. A paralização de setores produtivos provocada pelo isolamento social impossibilitou o trabalho dessas mulheres. A maior parte delas se ocupa informalmente no setor têxtil e a inatividade das empresas que contratam seus serviços desestabilizou ainda mais a já fragilizada *vida migrante*.

Quando começou a pandemia, lamentavelmente, muitas pessoas em minha comunidade ficaram desempregados. E outras pessoas entregaram serviços que não foram pagos. Então, ficou muito ruim para a minha comunidade. Porque nós somos costureiros. Vivimos do dia. Se a gente no trabalha, no tem... (Jade).

Tem muitos imigrantes bolivianos também que mexem con la costura e imagina la situación deles... Eles estão parados! (Isabel).

Quando voltaram a funcionar, as empresas o fizeram sob uma demanda mínima, prejudicando o faturamento das costureiras bolivianas. Os serviços propostos, além de serem insuficientes em termos de quantidade, foram consideravelmente subvalorizados — em função da drástica redução da demanda por costura. Esses fatores, juntos, implicam em uma brusca queda da renda gerada:

⁸ Mais informações na página do SJMR. Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/enfrentamento-covid-19/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

As empresas agora que a gente costura voltaram, voltaram a abrir, mas em questão de pagamento, no melhorou. Tudo, tudo, os preços estão bastante altos. E de pagamentos continua do jeito que tava antes da pandemia. Pior! E as peças têm que tá num preço baixo. A que a gente costura (Jade).

Diante disso, bolivianas na RMBH-MG se mostraram resilientes e se reinventaram, buscando alternativas:

A gente vai correndo atrás, né? De um jeito ou do outro, a gente vai fazendo um biquinho de trabalho ali, aqui, mas a gente nunca deixa de correr atrás, né? Eu já fiz faxina, que eu nunca tinha feito faxina na casa dos outros na vida. Eu não tenho vergonha de trabalhar. Vergonha é roubar e matar, trabalhar não. Se for me colocar pra trabalhar na rua, varrendo rua, eu vou, eu não ligo, tenho filho pra criar, sou mãe solteira e preciso muito. Então, eu não ligo mesmo! Eu corro atrás e não tenho vergonha nenhuma de trabalhar (Miriam).

Máscaras apresentaram-se como o principal equipamento de segurança nesta pandemia. A partir de 22 de abril de 2020, e por tempo indeterminado, o Decreto nº 17.332⁹, de 16 de abril de 2020, tornou obrigatório o seu uso em todos os espaços públicos e estabelecimentos comerciais. Elas passaram a ser, portanto, muito demandadas, e tornaram-se a nova fonte de geração de renda dessas costureiras migrantes, mas o valor pago por cada peça é ínfimo.

Alguns projetos de organizações não-governamentais e da sociedade civil tentam minimizar os problemas financeiros causados a migrantes pela imposição do isolamento social. Uma das ações neste sentido foi feita pelo SJMR-BH. Buscando fomentar a geração de renda e estimular a produção de máscaras de proteção durante a pandemia, este órgão distribuiu kits com tecidos e aviamentos a costureiras migrantes da RMBH-MG. Um dos seus projetos — “Projeto Máscaras: Protagonismo Migratório no Combate às Desigualdades Sociais na Pandemia da Covid-19” —, colocado em prática em agosto de 2020, obteve maior repercussão e contou com o financiamento de uma organização alemã — Fundação Eugen Lutter — bem como com a parceria do Coletivo Cio da Terra (Coletivo de Mulheres Migrantes) e do “Projeto Ler” do Núcleo de Extensão do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Apesar de tais projetos e do importante impacto que eles exerceram e vêm exercendo na vida de migrantes, a situação financeira de muitos desses sujeitos alcançou um estado dramático. Esta situação é ainda pior entre aqueles que não foram alcançados por projetos.

Abandono do poder público e negação do auxílio emergencial federal

Políticas públicas que deveriam sustentá-las neste momento já não as alcançavam antes da pandemia. Fernandes et al. (2020, p. 444) destacam a fragilidade e a morosidade, com ênfase em uma análise estadual — refletindo acerca do contexto de Minas Gerais — da promoção de políticas públicas voltadas para migrantes:

Mesmo a criação, em 2016, do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate), instituído pelo decreto 46.489/2016, não conseguiu avançar na construção de propostas de políticas públicas para migrantes. Depois de 2018, após um ano e meio de governo, timidamente, busca-se reorganizar o Comitrate para definir uma pauta de discussão da migração internacional no estado.

⁹ Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais>. Acesso em: 27 mai. 2022.

Em nível federal, esta condição não é diferente, imperando a omissão e o descaso para com migrantes. Em tempos de pandemia, destaca-se, dentre as poucas ações do governo federal para enfrentar seus desdobramentos, o auxílio-emergencial federal. Porém, este benefício, que poderia minimizar esta vulnerabilidade financeira, não alcançou muitas dessas migrantes:

Lamentavelmente, a maioria de minha comunidade não conseguiu receber o auxílio-emergencial. Por causa da documentação. Están exigiendo el documento. Eles falam que conseguia tirar o dinheiro só com documento de país de origem, mas no es así, en la práctica, no es así. No liberam. Entonces, fue muy difícil! Para todos nós imigrantes. Porque temos ainda as crianças. Entonces chegamos no desespero (Jade).

A negação do auxílio emergencial federal reafirma a exclusão. Fernandes et al. (2020, p. 447) relatam os esforços da Defensoria Pública da União (DPU) no combate a este tipo de situação:

Segundo a Defensora Pública da União, Dra. Sabrina Nunes Vieira, [...] as demandas pós pandemia são diferentes das existentes anteriormente. A maioria dos migrantes que procuram a Defensoria o fazem por não conseguirem, ou por terem alguma dificuldade para acessar o auxílio-emergencial concedido pelo governo federal.

De todo modo, este órgão não consegue atender a — e nem é procurado por — todos os sujeitos migrantes. Por inúmeras dificuldades, muitos ficam descobertos deste e de outros benefícios. Fernandes et al. (2020b, p. 307) explicam que o Cadastro Único (CadÚnico) “[...] é essencial para o acesso aos programas e benefícios sociais oferecidos pelo Governo” e apontam que “[...] em relação ao registro do CadÚnico, 94 (65,7%) pessoas [dos 143 respondentes da pesquisa] afirmaram não possuírem registros”.

Desta forma, as dificuldades já começam no cadastro para recebimento do auxílio-emergencial federal, que é, muitas vezes, negado por pendências documentais a partir da exigência de apresentação do número do Certificado de Pessoa Física (CPF) para registro no Cadastro Único (CadÚnico), bem como de uma conta bancária. Miriam, depois de enfrentar muitas tribulações, conseguiu se cadastrar:

Eu não tinha conseguido o auxílio do governo. O meu saiu agora, há pouco tempo. Porque... eu não tenho conta aqui no Brasil, eu nunca fui fazer conta em banco, minha família toda tem e eu nunca tinha feito. Ai eu não tinha conseguido por causa disso. Ai eu fui tentando, indo nas agências, ai eles ficavam falando que não conseguia abrir conta, muita burocracia, porque tava fechado pra esse atendimento e tal, que era mais só online, que era pra tentar fazer pela internet. Ai eu fui outro dia numa agência do Banco do Brasil e a moça disse: “olha, tenta olhar pelo aplicativo, porque tem um aplicativo agora do Banco do Brasil que é mais fácil, que você só manda as fotos dos documentos e eles aprovam e chega o cartão pra você”. Ai eu fiz tudo, não tinha nem dado que tinha dado certo os meus documentos pelo aplicativo e tocaram campainha aqui em casa. Quando eu vi era o correio com o cartão do banco. Do Banco do Brasil. E sem eu saber. Ai por isso eu consegui. Pra mim tava muito difícil! Eu sou mãe solteira, tenho dois filhos para criar, eu não recebo pensão, então... eu moro de aluguel, eu pago água, luz, as despesas... a gente que é mãe, a gente sofre com isso. De faltar as coisas... comida mesmo, dinheiro pra pagar as contas. Mas ai deu tudo certo e eu consegui.

Fernandes et al. (2020, p. 448) mencionam entrevista realizada com a Defensora Pública da União que denuncia a falta de capacitação dos agentes da Caixa Econômica Federal (CEF), banco responsável pelo repasse do benefício:

[...] como assinalado pela Defensora, a falta de capacitação dos agentes da Caixa Econômica Federal [...] faz com que não se reconheça o CRNM ou o protocolo da Polícia Federal como documentos válidos de identificação, causando a negativa do auxílio. Há desconhecimento por parte dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) de que migrantes e refugiados possuem os mesmos direitos que os brasileiros para acederem ao auxílio emergencial.

Desta forma, mais difíceis de resolver são os casos de migrantes que possuem pendências documentais, uma vez que isto inviabiliza o seu registro junto aos necessitados do auxílio emergencial federal:

Lo auxílio emergencial um pouquinho nos ajuda. A pagar las contas. E a gente vai levando. Eu consegui o auxílio, pero teve muita gente que no conseguiu. Porque no tem CPF, tem muitos imigrantes que no tem CPF, então no dá. Tem muitos parentes que no pegaram auxílio emergencial porque no tem documento, no conseguiram pegar segunda via, ser permanente (Isabel).

A negação do auxílio emergencial federal é, portanto, ilegal — além de ser um ato xenofóbico, desrespeitoso e desumano. A legislação brasileira garante igualdade entre migrantes e nacionais no acesso a serviços públicos e conquistas sociais. Segundo reportagem publicada no portal do G1, a Defensoria Pública da União declarou que:

Não há qualquer distinção, para o acesso ao benefício, entre brasileiros e não-brasileiros, independentemente de sua situação migratória. O direito à assistência social está previsto em favor de imigrantes pelo art. 5 da Constituição Federal e pela Lei 13445/2017 (Lei de Migração), bem como sua consideração em todas as políticas públicas e ações governamentais¹⁰.

A despeito disso, o auxílio emergencial, como já mencionado, foi negado. Grifa-se que este benefício é problemático já em sua origem, por ser um valor extremamente baixo para sustentar uma família:

Tiveram algumas famílias que tiveram ajuda de emergencial, mas ainda así têm dívidas. No están conseguindo pagar así mesmo (Jade).

Um conjunto de fatores, portanto, tem contribuído para ampliar a vulnerabilidade financeira das bolivianas na RMBH-MG. Destaca-se ainda a falta de informações acerca de quem tem direito ao benefício e de como se faz o cadastro para recebê-lo — dificuldade que, no seu limite, impede o acesso de muitos migrantes ao auxílio emergencial. Soma-se à falta de informações, as dificuldades tecnológicas e financeiras para acesso à internet, para iniciar todo o processo — de cadastro e recebimento do benefício —, e este recurso, apesar de compor o cotidiano dessas migrantes, impõe, no seu uso, diversas limitações.

Ampliação do xenorracismo

Apesar de eventos de xenorracismo serem motivados por variadas questões e de serem injustificáveis, muitas vezes eles têm como motim as dificuldades de comunicação, sobretudo quando da chegada das bolivianas ao novo espaço da migração

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/20/defensoria-publica-da-uniao-repudia-caso-de-xenofobia-em-sp-e-diz-que-auxilio-emergencial-vale-para-todos-residentes-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 27 mai. 2022.

(BAENINGER, 1999). Por não terem total domínio da língua portuguesa, apresentam dificuldades para acesso aos seus direitos. Além disso, elas não dispõem de informações suficientes sobre como funciona o sistema público de saúde brasileiro (SUS). Essas condições contribuem para aprofundar suas vulnerabilidades. Jade revela conhecer migrantes que foram à óbito em decorrência da infecção pelo novo coronavírus, o que sustenta a gravidade da situação na qual essas bolivianas se encontram:

Eu conheço imigrantes que pegaram Covid. Algumas foram internadas. Em hospital de campanha que fizeram. Eu conheço gente que morreu. Imigrantes que perderam la vida graças a este Covid. E tem preconceito aos imigrantes, no só bolivianos. Os imigrantes, acho que todos passamos pela mesma situação (Jade).

Observa-se, desta forma, a ampliação do xenorracismo, que se revelou mais intenso no contexto da pandemia de Covid-19:

Inclusive falando de uma menina que estava grávida, ela ganhou bebê quatro dias atrás. E chegou la médica aqui, e mesmo elas son mujeres médicas, trataram de una forma ruim a ela. Ela me comentou que davam risadas por causa dela. Ela no entende nada de português. Por causa da pandemia también tive que brigar con una médica. Porque eu falei con ela. Você és médica, você és mujer. A gente tem que se unir por causa que a gente son feminino. E por que aquele trato con imigrantes? No... No! Você está tratando dela que no sabe falar português e tem una lei que fala que ela pode ter acompanhante. E no permitiram isso daí, por causa de, elas falaram, por causa de Covid. Eu entendi, mas se você me fala con un jeito, con respecto, con aquela humanidade que a gente tem que ter, eu vou entender. Mas se você vai gritar, vai me tratar daquele jeito, eu não vou deixar no, porque a gente ta nesse caminho da luta contra esse preconceito. E eu falei isso e eu acho que elas entenderam, que a gente ta sempre lutando por essa situação (Jade).

Buscando enfrentar e combater casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) explica a origem do nome escolhido para a doença, alegando que a denominação é importante para este fim. Ventura (2020, p. 103) traz importante contribuição defendendo que:

A pandemia não pode contribuir como um salvo-conduto para o racismo e para a xenofobia, não apenas por um imperativo ético, mas igualmente porque o estigma reduz a eficiência da resposta à doença. Em termos de saúde pública, a segurança de um território depende, em grande parte, da sua capacidade de compreender, respeitar e acolher. Assim, enquanto o mundo conta milhões e pessoas infectadas e centenas de milhares de mortos pela Covid-19, o uso irresponsável, por ignorância ou malícia, de expressões que personificam o vírus e a doença constitui uma dimensão de infâmia adicional às políticas de extermínio de populações vulneráveis, resultantes de condutas ativas ou omissivas de autoridades públicas que estão em curso durante a pandemia.

A despeito destes e de outros esclarecimentos, têm sido frequentes os relatos de xenorracismo vinculados à COVID-19. Neste contexto, discursos de ódio vêm se ampliando de forma muito preocupante, culminando, em casos extremos, em negação aos direitos migrantes e, mais especificamente, em negação ao acesso à saúde pública.

A distância de parentes e amigos — que ficaram na terra natal — apresenta-se como mais um problema, uma vez que essas ausências também dificultam o enfrentamento à pandemia. A doença requer cuidados e muitas das bolivianas não têm uma rede de apoio para o caso de serem infectadas, pela maior parte da sua família estar na Bolívia.

Dificuldades com o ensino remoto dos filhos

Outra dificuldade enfrentada por bolivianas na RMBH-MG refere-se à educação formal dos seus filhos. A tecnologia e a internet se fizeram fundamentais, uma vez que o isolamento social as trouxeram para o primeiro plano no cotidiano pandêmico. As escolas suspenderam as aulas presenciais e as crianças e os adolescentes filhos de migrantes, tal como tem acontecido entre nacionais, têm apresentado dificuldades de adaptação às aulas *online*. Isto acaba se revelando mais uma forma de exclusão, já que muitas dessas migrantes não têm recursos para acompanhar esta demanda, concretizando-se obstáculo ao alcance de direitos sociais. As dificuldades vão desde a falta de computadores e internet com velocidade e qualidade compatíveis às necessidades desta nova realidade, até questões psicológicas e comportamentais. Interlocutoras se queixaram de estresse e desinteresse por parte das crianças e dos adolescentes para acompanhar as atividades escolares *online*, bem como das dificuldades delas, enquanto mães responsáveis por acompanharem seus filhos, em oferecer suporte neste processo:

Eu tenho uma filha de 10 anos e um menino de 4. Eles estão tendo aula de casa. Das escolas do governo mesmo. Eles estão fazendo os trabalhos, né? Pra poder contar como presença, na escola. Pra poder contar como ponto... A minha filha tem as aulas que ela assiste, né? Mas é difícil, não adapta bem não, porque é difícil. Tanto pra eles, quanto pra gente, né? Querendo ou não, a gente, pais, a gente não é igual as professoras, né? Elas são preparadas pra isso. Eu vi mãe chorando porque ela não sabe ajudar os filhos porque ela é analfabeta e não tinha recursos pra ensinar a filha. E tem quem não sabe português também. Que as aulas são do português. Não sabe ler, não sabe escrever, tem muitas dificuldades. E não são todos que têm o mesmo recurso, não são todos que podem, não são todos que têm a facilidade de entrar na internet. Infelizmente. E tem prova, tem tudo. A gente tem que acompanhar. Pra estudar, pra fazer trabalhos, tudo (Miriam).

Insegurança alimentar

O ensino remoto também trouxe à tona uma outra questão: a insegurança alimentar. Jade acrescenta às dificuldades de adaptação ao estudo remoto, as implicações para a rotina da família, bem como para os gastos. A demanda por alimentos aumenta, uma vez que as escolas públicas, às quais as crianças migrantes frequentam, fornecem mais de uma refeição. Com a inatividade desses espaços, todas as refeições passaram a ser feitas em casa, o que contribui para tornar ainda mais difícil as dificuldades financeiras.

As escolas não voltam. Está a demorar. As crianças ficam em casa, lamentavelmente. E ainda tem a comida. Porque quando as crianças estão na escola, lá tiene la comida. Mas agora no... E es más comida que precisa. Tem as dificuldades da aula por computador, e comida que tem que ter em casa (Jade).

Não foi apenas o fechamento das escolas que levou à insegurança alimentar, mas, também, a brusca queda na geração de renda das famílias migrantes. O Estado brasileiro, ao invés de dar suporte a essa população, mostrou-se despreparado para o combate à pandemia e negligenciou mais esta demanda — entre outras graves negligências cometidas. Tentando suprir a lacuna deixada pelo Estado, organizações não

governamentais (ONGs) promoveram ações de assistência e de apoio a migrantes, sobretudo para minimizar a triste realidade de insegurança alimentar:

Felizmente tem as ONGs que ajudam a nós neste momento de desespero. E vão distribuindo as cestas. Porque principalmente nos primeiros meses, fue muy duro! (Jade).

A organização de migrantes para uma cooperação junto aos seus pares também garantiu bons resultados, segundo o relato de Jade, que se apresentou como representante de um coletivo de mulheres migrantes. Segundo a interlocutora, o coletivo do qual ela faz parte e é uma das lideranças tem feito campanhas para arrecadação de alimentos, que são distribuídos em cestas básicas para famílias migrantes. Atitudes de solidariedade como esta reafirmam o fortalecimento desse povo como comunidade.

[...] tinha muitas bolivianas, muitas mulheres que a gente sabia que precisava de ajuda. Foi assim que a gente tentou fazer una colección de cestas básicas. Pedíamos doação. O que acontece é que não pudimos contar com la prefectura, com nada disso. No tem um CNPJ e eles no ajudam. Foi muito difícil para nós. Quase ninguém ajudou a nós. Até que uma pessoa, particular, uniu forças e conseguiu unas cestas. Até que outras pessoas también contribuíram, ajudando donando dinero e unas cestas (Jade).

Aumento das demandas e da violência doméstica

O universo doméstico no contexto pandêmico apresentou a ampliação da sobrecarga de mulheres com as tarefas cotidianas. De modo geral, há um processo de resignificação do uso do espaço público e, em decorrência, dos espaços privados da moradia e das interações construídas por meio desses espaços. O isolamento social implica em maior presença, dentro de casa, dos membros da família, exigindo uma dedicação ainda maior das mulheres — não só, mas também entre as — bolivianas.

Essas mulheres abraçam, também por uma questão cultural, esta ampliação da carga de trabalho não-remunerado — de cuidados com o lar e com os familiares — de forma natural e sem qualquer questionamento. Ao contrário, justificam muitas das ações de seus maridos e filhos homens, que, no extremo, culminam em agressão física. hooks (2021, p. 13) nos lembra que “[...] todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas”. E completa: “[...] a maioria das pessoas não entende o sexismo ou, se entende, pensa que ele não é um problema” (HOOKS, 2021, p. 17). Também por isso, a violência doméstica se torna mais intensa e frequente no contexto da pandemia, com o aumento de convivência no espaço da moradia.

E pior ainda son los maridos agredindo sus mujeres na pandemia. Bastante! Aumentou bastante a violência! E era um momento pra gente ta unidos. Mas aumentou muito a violência intrafamiliar (Jade).

Conforme mencionado, observa-se, na cultura boliviana, frequente submissão da mulher em relação ao homem — sobretudo em relação ao marido —, o que contribui com este quadro de agravamento da intensidade e da frequência destas violências. Jade explicita esta questão ao mostrar-se compreensiva para com os maridos, justificando a violência de homens contra suas esposas e filhos:

[...] eu entiendo porque o homem procedia assim, né? Desesperado de não poder fazer nada. Eles não tinham... ficavam sem dinheiro. O marido brigava com a mulher, batia nela, nos filhos.

A pressão social de origem patriarcal sobre os homens que não estão conseguindo ser provedores da família tem como fim, muitas vezes, a violência doméstica — daí um dos motivos do seu agravamento pelo contexto pandêmico. O corpo da mulher — inferiorizado e objeto de posse do marido —, nesses casos, torna-se o ponto de desconto de todas as dificuldades e, apesar disso, algumas mulheres conseguem fazer esta leitura empática sobre a situação do homem migrante, também seguindo um papel social destinado às mulheres — de compreensão do marido e de harmonização do lar.

Em outros casos, homens bolivianos deixam suas esposas e filhos, abandonando o lar. Há ainda as situações em que as próprias mulheres bolivianas fogem de casa, para não sofrerem mais a violência doméstica. Em todos esses casos, as privações vividas por mulheres e crianças bolivianas se ampliam:

Más que todo, o que mais nos preocupa son las mujeres que están sozinhas. Elas têm crianças e ainda están precisando de comida. [...] E tem también o abandono de mujeres por sus maridos. E tem mujeres que têm que deixar sus casas porque aumentou a violência intrafamiliar (Jade).

Os espaços que eram utilizados por bolivianas e por bolivianos para aliviar as tensões e desfrutar de bons encontros com seus conterrâneos foram fechados para conter a propagação da doença, o que contribuiu para agravar os casos de violência doméstica. Além disso, destaca-se a importância desses momentos para a saúde mental desses migrantes:

Por causa da pandemia, ficou tudo fechado. E as pessoas tiveram que ficar na casa, en sus casas. Más que todo, no tem más aquela diversión para las crianças. Isso tudo dá bastante violência. No tô falando de violência física agora, más psicológica (Jade).

O espaço público que se constitui a principal territorialidade para migrantes da Bolívia na RMBH-MG — quadra Maura Pereira Andrade em Ribeirão das Neves-MG, identificada e nomeada como “territorialidade quadra-mundo” (RIBEIRO, 2021) — teve seu acesso interrompido. Com a imposição do isolamento social, a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer — coletivas ou individuais — que possam gerar aglomeração de pessoas em Belo Horizonte-MG foi suspensa por decreto — nº 17.328, de 8 de abril de 2020¹¹ —, e esta conduta foi seguida pelos municípios da região metropolitana.

A dificuldade de acesso ao lazer e, sobretudo, àquele espaço que os reúne como comunidade, também amplia a vulnerabilidade de migrantes — sobretudo das mulheres —, uma vez que agrava a sensação de insegurança, aumenta o estresse e piora a qualidade de vida desses sujeitos. À beira de um colapso social, nacionais sofreram com as restrições impostas pelo contexto pandêmico, mas a situação revelou-se também muito difícil para as migrantes bolivianas na RMBH-MG.

Considerações finais

Quando o mundo se viu acometido pela inesperada e assombrosa pandemia de COVID-19, mulheres bolivianas, que já viviam situações de precariedade e invisibilidade, depararam-se com uma condição sanitária que conseguiu aprofundar ainda mais as desigualdades em uma crise socioeconômica que o Brasil parece abraçar — à deriva — a partir das escolhas políticas no âmbito, sobretudo, do governo federal.

¹¹ Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais>. Acesso em: 29 mai. 2022.

A pandemia nos tirou os fios de esperança a que nos agarrávamos. No entanto, são também os momentos de crise que nos revelam a necessidade de enfatizar, ainda mais, a luta, a resistência, a força e os sentimentos que permitem alavancar outras possibilidades de conexões, coexistências e vivências. É nesse contexto — que por vezes parece um redemoinho de tantas dúvidas — que esta pesquisa pretende ter contribuído para a visibilidade de mulheres bolivianas na RMBH-MG.

Com o objetivo de debater os desdobramentos da pandemia de COVID-19 para essas migrantes, este estudo ouviu suas vozes, que, aqui, ecoaram e reverberaram. A partir dos seus relatos, foi possível compreender os desafios impostos pelo contexto pandêmico — agravados pela condição de gênero. Bolivianas viram suas vidas permeadas pela imobilidade, pelo aprofundamento da superexploração da sua força de trabalho, pelo abandono do poder público e pela negação do auxílio emergencial federal, pela ampliação do xenorracismo, pelas dificuldades em acompanhar o ensino remoto de seus filhos, pela insegurança alimentar, e pelo aumento das demandas e da violência doméstica.

Algumas destas dificuldades se apresentavam já em sua terra natal e são aprofundadas pela migração e pela pandemia; outras, por sua vez, surgem com o novo contexto pandêmico. Denunciá-las é uma forma de lutar contra elas, expondo tais desafios, tirando essas mulheres da invisibilidade e combatendo a tão arraigada desigualdade de gênero — uma questão política que deve ser abraçada por todas nós.

As questões analisadas neste artigo sugerem ainda a proposição de questionamentos. Quais serão as consequências da pandemia para as bolivianas na RMBH-MG? Quais recursos — além de alguns dos descritos por elas nas entrevistas — foram utilizados para driblar as dificuldades causadas pela pandemia? Quais estratégias poderão ser desenvolvidas por elas para que se adaptem à nova realidade e para se recuperarem das dificuldades trazidas pela pandemia? A pandemia acarretará mudanças substanciais nos planos migratórios? Isso se traduzirá em mudanças futuras para a migração transnacional boliviana? Quais as expectativas dessas mulheres para o contexto pós-pandemia? Todas essas são perguntas que já compõem nossas agendas de pesquisa para que possamos seguir na luta pelos direitos dessas mulheres e de todo e qualquer migrante.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. **A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia**. 2005. 68f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração da USP, Universidade de São Paulo, SP, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo. In.: CUNHA, Máisa Faleiros da; MARCONDES, Gláucia dos Santos (Orgs.). **Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares**. 2. ed.; E-book. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 15-36.
- BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005.

BASSEGIO, Luiz. A imigração latino-americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, BA, n. 214, p. 51-59, 2004.

CORTÈS, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Armand Colin, 2009. p. 7-19.

CORTÈS, Geneviève. Una ruralidad de la ausencia. Dinámicas migratorias internacionales en los valles interandinos de Bolivia en un contexto de crisis. In: HINOJOSA GORDONAVA, A. (org.). **Migraciones transfronterizas: visiones de Norte y Sud América**. La Paz: PIEB/Plural, 2004.

CUNHA, Máisa Faleiros da; MARCONDES, Glaucia dos Santos (Orgs.). **Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares**. 2. ed.; E-book. São Leopoldo: Oikos, 2022.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, n. 17, p. 119-133, 2007.

DE LA TORRE ÁVILA, Leonardo. **No llores, prenda, pronto volveré: migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo**. La Paz: PIEB; IFEA; UCB, 2004.

FERNANDES, Duval et al. Migração internacional no estado de Minas Gerais em tempos de pandemia: omissões e ações no apoio aos migrantes. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 444-452.

FERRETI, Maritza. Direitos humanos e imigrantes. In: SALES, T.; SALLES, M. R. (org.). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos, SP: EdUFSCar; Editora Sumaré, 2002.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19? **Covid 19/Perguntas e Resposta**, Rio de Janeiro, RJ, 17/03/2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 02 abr. 2022.

GRIMSON, Alejandro. Etnicidad y clase en barrios populares de Buenos Aires. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Argentina, v. 20, n. 60, p. 343-361, 2006.

GRIMSON, Alejandro. **Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires**. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GRIMSON, Alejandro. Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires. **Nueva Sociedad**, Argentina, n. 147, p. 96-107, 1997.

HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. España en el itinerario de Bolivia: migración transnacional, género y familia en Cochabamba. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 93-112.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvi Líbanio. 16ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

KADLUBA, Ruth Camacho. **A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza**. São Paulo, SP: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das

Relações Universidade/Empresa e Comunidade Européia, 2007.

NOBREGA, Ricardo. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos em San Pablo. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **A presença boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais**: dinâmica migratória e (re)configuração territorial. 2021. 467f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.

SAKAMOTO, Leonardo (Org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SILVA, Sidney Antônio. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 19-34,

SILVA, Sidney Antônio. **Faces da latinidade hispano-americano em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2008.

SILVA, Sidney Antônio. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SILVA, Sidney Antônio. Os imigrantes e os direitos humanos no Brasil. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). **Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações**. São Paulo, SP: Paulinas, 2005. p. 225-230.

SILVA, Sidney Antônio. **Virgem/Mãe/Terra**: festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo, SP: Hucitec, 2003.

SILVA, Sidney Antônio. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Pandemia e estigma: notas sobre as expressões “Vírus Chinês” e “Vírus de Wuhan”. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 95-103,